



## MEIO AMBIENTE

# “A Amazônia está perdendo umidade”

Mudança climática e incêndios estão minando a capacidade da floresta de absorver carbono, alertam Marina Silva e especialistas

» RAFAELA GONÇALVES  
» IAGO MAC CORD\*

Roque de Sá/Agência Senado



Ao lado da presidente da CMA, senadora Leila Barros, Marina Silva faz alertas preocupantes sobre o futuro da Amazônia e do Pantanal

Às vésperas do Dia da Amazônia, comemorado nesta quinta-feira, a região registrou mais de 6,5 mil focos de queimada nas 48 horas anteriores. Segundo dados do Laboratório de Aplicação de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lasa/UFRJ), a Amazônia Legal teve 6,7 milhões de hectares de terra queimados, correspondente a 1,6% do bioma.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta que 20 municípios concentram 85% dos focos de calor da região amazônica. Além disso, o Inpe registrou que o Pará foi o estado com maior incidência de incêndios florestais nos dois primeiros dias de setembro. A Amazônia Legal já conta com 1.468 brigadistas do Ibama e do ICMBio.

Um boletim publicado pelo Governo Federal apontou que, até o dia 2, houve ações de combate em 189 focos de incêndios — 31 deles já foram extintos e 158 ainda estão ativos. Dos ativos, 76 estão controlados (quando o fogo está cercado por uma linha de controle, que pode ter sido formada por combate direto, linhas de defesa, aceiros e barreiras naturais ou artificiais). Isso mostra que 57% dos incêndios foram extintos ou, pelo menos, controlados.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, alertou que a Floresta Amazônica está perdendo “umidade”, o que pode tornar a região ainda mais suscetível a incêndios, incluindo os de origem natural. A ministra afirmou que o agravamento da crise climática tem feito com que a região, tradicionalmente conhecida por sua alta umidade, fique mais vulnerável.

“Estamos diante de um processo severo de mudança climática. A floresta está perdendo umidade, o que a torna vulnerável a incêndios, seja por ação humana ou, futuramente, por fenômenos naturais, como raios. É uma situação química altamente deletéria e inimaginável”, disse a ministra, em sessão da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, ontem.

A doutora em meteorologia pelo Inpe Ana Paula Cunha explica que a baixa umidade relativa do ar tem contribuído para essa situação. “A previsão sazonal para os próximos três meses



**Estamos diante de um processo severo de mudança climática. A floresta está perdendo umidade, o que a torna vulnerável a incêndios, seja por ação humana ou, futuramente, por fenômenos naturais, como raios. É uma situação química altamente deletéria e inimaginável”**

**Marina Silva, ministra do Meio Ambiente**

de centros europeus e americanos mostra que, especialmente no centro-norte do país, as chuvas continuarão abaixo da média”, destaca.

Ao todo, nas últimas 48 horas, o bioma amazônico foi o mais atingido pelas queimadas, representando 58,2% dos focos de todos os biomas do país. O climatólogo e PhD em meteorologia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) Carlos Nobre explica que, com o desmatamento e as queimadas na floresta, a

Amazônia está, cada vez mais, perdendo sua capacidade de ser um sumidouro de carbono.

“A Amazônia, lá atrás, chegou a remover 1,5 bilhão de toneladas de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) da atmosfera. Chegou, até alguns anos, perto de 2 bilhões, e também absorvia muito mais do que perdia por desmatamento, degradação e queimadas. Agora, nos últimos 12 anos, o balanço de carbono de toda a Amazônia é negativo. Mais de 200 milhões de toneladas são jogadas na atmosfera.

Isso é mais do que ela remove.”, explica o climatólogo.

Dados do Inpe indicam que o número de focos de queimadas na Amazônia Legal registrado neste ano (97.195) aumentou 109% em relação ao ano passado (46.501). Antes mesmo de acabar o ano, o número chega perto do resultado de 2010, o mais alto da série, quando o instituto identificou 102,8 mil focos.

Carlos Nobre explicou que o fogo está aumentando a degradação ambiental e reduzindo a reciclagem da água pela floresta. O impacto disso será a extensão da estação da seca. Conseqüentemente, a incidência de queimadas continuará a aumentar.

“A estação seca, historicamente, era de três a quatro meses no sul da Amazônia. No mês mais seco, chovia 40mm. Agora, a estação seca já dura de quatro a cinco meses com muito menos chuva, (redução) de 20% a 30%. Se a estação seca atingir seis meses, não mantêm mais a floresta. Esse é o ponto de não retorno”, adverte o climatologista.

Ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio

Dino encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) nove perguntas sobre os planos do governo federal para enfrentar as queimadas. O órgão é quem representa o governo em processos no STF. O governo deverá responder às perguntas na próxima semana, mostrando o que fez para cumprir as ordens do ministro. Dino também exigiu que o governo reúna agentes das polícias Federal e Rodoviária Federal, da Fiscalização Ambiental e da Força Nacional para ampliar o combate aos incêndios florestais.

O ministro André Mendonça foi sorteado relator do processo que tramita no STF a respeito das medidas que deveriam ser tomadas em relação à Amazônia e ao Pantanal. O governo federal não conseguiu cumprir a data limite (dia 26), e a AGU solicitou um adiamento do prazo, que foi concedido. Em sua fala, o ministro demonstrou preocupação com a Amazônia Legal e destacou os números de queimadas registradas esse ano.

\*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria

## Pantanal em extinção

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, alertou que o Brasil pode perder o Pantanal por completo até o fim do século, devido ao aquecimento global. Convidada pela Comissão de Meio Ambiente do Senado para prestar esclarecimentos sobre as ações do governo contra a onda de queimadas, a ministra defendeu que o Congresso crie um marco regulatório da emergência climática.

“A região passa pela maior estiagem dos últimos 74 anos. Segundo os pesquisadores, se continuar o mesmo fenômeno em relação ao Pantanal, o diagnóstico é que poderemos perder o bioma até o fim deste século. Isso tem nome: baixa precipitação, alto processo de evapotranspiração, não conseguindo alcançar a cota de cheia nem dos rios nem da planície alagada”, explicou.

A ministra informou que, a cada ano, perde-se mais cobertura vegetal por desmatamento e queimadas. “Você prejudica toda a bacia e, assim, até o final do século, nós poderemos perder a maior planície alagada do planeta”, disse ela. “A mudança do clima é um agravante para as queimadas e os incêndios florestais, mas há, sobretudo, uma visão inadequada de como fazer uso do fogo”, completou.

Ela negou que o governo não esteja priorizando a pauta ambiental e disse que está sendo feito um “esforço orçamentário enorme”. “O governo, criticado, apanha para cortar e, depois, apanha porque cortou. Mas, no último corte (anunciado pelo Ministério da Fazenda), o único ministério não afetado foi o do Meio Ambiente”, destacou.

Segundo a ministra, o esforço do governo tem sido para “empatar o jogo”. “Nós estamos vivendo sob um novo normal que vai exigir do poder público capacidade de dar resposta que nem sabemos como vão se desdobrar daqui para a frente”, ponderou Marina. “Não se tratam de incêndios naturais. Se não tivéssemos nos preparado desde janeiro de 2023, teríamos uma situação incontrolável. O esforço feito agora é para empatar o jogo.” (RG e IMC)

## CB DEBATE

# Os desafios da mineração para crescer no Brasil

» INGRID SOARES

A mineração brasileira visualiza uma janela de oportunidade para o país, com grande potencial de crescimento nos próximos dez anos. Com apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o *CB Debate* reúne, hoje, a partir das 9h, representantes da área, empresários e políticos para discutir o futuro do setor. O evento, fechado ao público externo, terá transmissão ao vivo no site e nas redes sociais do *Correio*. Os mediadores serão o editor de Política, Economia e Brasil, Carlos Alexandre de Souza, e a colunista de política Denise Rothenburg.

O debate será aberto pelo presidente do *Correio Braziliense*, Guilherme Machado, pela presidente do Conselho Diretor do Ibram e da Anglo American no Brasil, Ana Sanches, e pelo diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, sob o tema *Segurança Jurídica: Pilar fundamental do desenvolvimento*. Entre os palestrantes estão o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes; o procurador-geral da República, Paulo Gonet; e o ex-ministro da Defesa e ex-presidente do Supremo Tribunal

Federal (STF) Nelson Jobim.

Em um painel único, serão abordados os desafios tributários e regulatórios que ameaçam a competitividade da mineração brasileira, com a participação de Ana Sanches, Raul Jungmann, Paulo Azevedo; do vice-presidente executivo de Assuntos Corporativos e Institucionais da Vale, Alexandre D’Ambrosio; do sócio-fundador do Warde Advogados, Walfrido Warde; do diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Roberto Muniz; do embaixador Rubens Barbosa; do presidente da Frente

Parlamentar da Mineração, deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG); e Raul Jungmann.

Ana Sanches destaca que a mineração é um dos três principais setores da economia brasileira e um dos que têm maior potencial de crescimento na próxima década. “Estamos visualizando uma janela de oportunidade na mineração, sobretudo, com a agenda de energia limpa e de descarbonização das cadeias produtivas. Nosso país tem um subsolo rico em minerais estratégicos essenciais para a transição energética, como nióbio, lítio, grafite, terras raras, entre outros, fundamentais para a fabricação

de baterias, turbinas eólicas e novas tecnologias verdes”, apontou.

Segundo o Ibram, a mineração é responsável por cerca de 4% do PIB nacional, e gera 210 mil empregos diretos e 2,2 milhões de empregos indiretos. Para Sanches, a promoção de um ambiente regulatório seguro e competitivo inclui, entre outros pontos, linhas de financiamento adequadas, carga tributária justa, maior conhecimento geológico do território mapeado, retirada de barreiras a investimentos e fortalecimento da Agência Nacional de Mineração (ANM) e dos demais órgãos responsáveis pela indústria mineral.

“Temos visto diferentes agentes desconsiderarem regulamentos expedidos por outros agentes. Essa multirregulação e essa falta de alinhamento geram incertezas e aumentam os custos de conformidade para as empresas, que precisam navegar por um verdadeiro labirinto regulatório. A ausência de uma política pública central e coordenada para o setor é, sem dúvida, um fator que pode desviar o Brasil da rota de investimentos que tanto necessita. A criação de um ambiente regulatório claro, previsível e estável é essencial”, comentou a advogada Paula Azevedo.